

Banco de Cabo Verde

NOTA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA - Setor Externo - Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

	2º trimestre 2026		2º trimestre 2025
CONTA CORRENTE	**-4.013**	↑ 8301%	**-48**
Balança de Bens	-27.414	↑ 19%	-22.952
Balança de Serviços	12.417	↑ 1%	12.333
Balança de Rendimento Primário	-1.771	↑ 117%	-815
Balança de Rendimento Secundário	12.755	↑ 12%	11.385
CONTA CAPITAL	**784**	↑ 49%	**528**
CONTA FINANCEIRA	**-1.516**	↓ 89%	**-13.194**
Investimento Direto (IDE)	-4.602	↑ 71%	-2.684
Investimento de Carteira (IC)	35	↑ %	0
Outros Investimentos (Inc. Dívida)	3.051	↓ 129%	-10.510
Reservas	709	↓ 95%	13.320
Capacidade (+) / Necessidade(-) Financiamento	-3.229	↓ 773%	480

	2º trimestre 2026		1º trimestre 2026
POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDA	**-316.671**	↑ 0.5%	**-315.104**
Ativos	246.857	↑ 1.0%	245.591
Ativos de Reservas	129.600	↑ 1.0%	128.818
Passivos	563.528	↑ 1.0%	560.695
Posição da Dívida Externa Líquida	-215.967	↓ -2.0%	-220.445
Posição Monetária Externa Líquida	130.945	↑ 1.0%	129.549

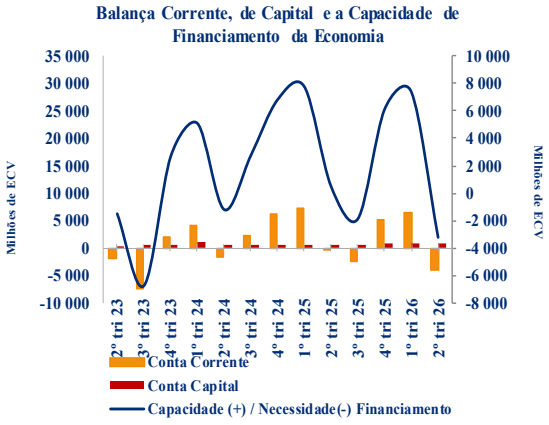


SETOR EXTERNO

- No segundo trimestre de 2026, as contas externas foram marcadas pelo aumento das reservas internacionais líquidas do país em 709 milhões de escudos, não obstante o agravamento do défice da balança corrente e das necessidades líquidas de financiamento externo;
- A 30 de junho de 2026, o *stock* das RIL fixava-se em 1.175 milhões de euros, permitindo assegurar 9 meses das importações de bens e serviços projetados para 2026, comparativamente aos 7,3 meses de importação em junho de 2025;
- O défice financeiro do país face ao resto do mundo ascendia a 316.671 milhões de escudos face aos 315.104 milhões de escudos no primeiro trimestre de 2026. Em termos do PIB, o défice do segundo e do primeiro trimestre correspondeu a 99%, nos dois períodos.

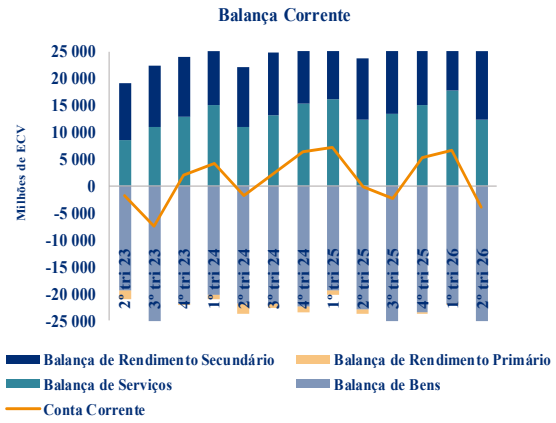
BALANÇA DE PAGAMENTOS E CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Os ativos de reserva registaram um fluxo positivo de 709 milhões de escudos. Contudo, em termos homólogos, verificou-se uma forte desaceleração, com uma redução de 12.611 milhões de escudos face aos 13.320 milhões registados no período homólogo. Esta evolução reflete a pressão do aumento do défice da balança corrente em 3.966 milhões de escudos e o incremento das necessidades líquidas de financiamento externo em 3.709 milhões de escudos.

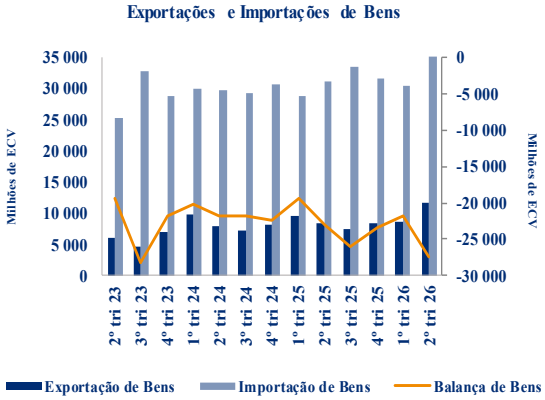


BALANÇA CORRENTE

A Balança Corrente registou um agravamento do seu défice para 4.013 milhões de escudos, face aos 48 milhões registados no período homólogo. Esta evolução refletiu, sobretudo, o agravamento do défice da balança de bens em 4.463 milhões de escudos e do rendimento primário em 956 milhões. Em sentido oposto, os excedentes no rendimento secundário (12.755 milhões de escudos) e nos serviços (12.417 milhões) atenuaram o saldo negativo.



O agravamento do défice da **balança de bens**, em 19 por cento, refletiu o forte crescimento das importações (em 7.928 milhões de escudos), que superou o aumento verificado nas exportações (em 3.466 milhões).



Refira-se que o aumento das importações foi determinado pelo aumento em termos de volume de importação de bens de capital (71 por cento), bens intermédios (32 por cento) e bens de consumo (10 por cento). Adicionalmente, os preços de combustíveis aumentaram 43 por cento.

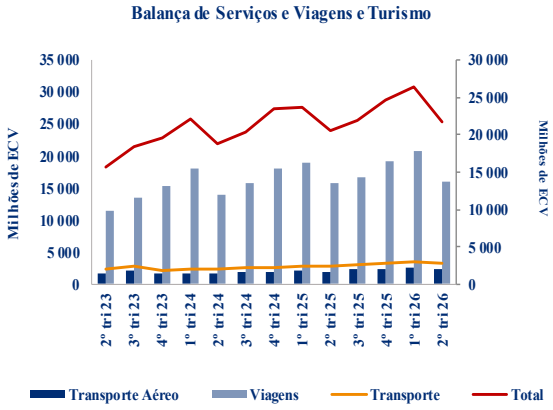
Importação de Mercadorias por Categorias de Bens
variação homóloga em percentagem

	2º trimestre/26		
	Δ valor	Δ volume	Δ preços
Bens de Consumo	7,1	9,7	-2,4
Bens Intermédios	26,2	32,5	-4,8
Bens de Capital	31,4	70,8	-23,1
Combustíveis	33,8	-6,7	43,4
Outros	38,3	35,6	1,9
Total	20,0	18,8	6,7

Fonte: Direção Geral das Alfândegas. Cálculos Banco de Cabo Verde.
Nota: Os dados apresentados no quadro correspondem ao cálculo das importações de acordo com a metodologia CIF, enquanto que o montante apresentado na Balança de Pagamentos está de acordo com a metodologia FOB.

A **balança de serviços** registou um excedente de 12.417 milhões de escudos (que compara aos 12.333 milhões de escudos observados no segundo trimestre de 2025).

A sua evolução foi determinada pelo aumento das exportações de serviços de transporte aéreo (em 329 milhões de escudos) e de viagens de turismo (em 134 milhões de escudos).

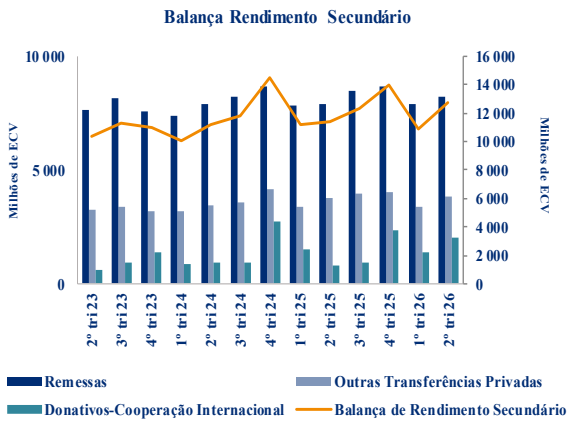


O défice da **balança de rendimento primário** situou-se em 1.771 milhões de escudos, face aos 815 milhões do período homólogo. Este comportamento foi determinado pelo aumento dos rendimentos de investimento direto pagos ao exterior (em 847 milhões), impacto parcialmente atenuado pelo acréscimo de cerca de 233 milhões nos rendimentos de ativos de reserva.

O excedente da **balança de rendimento secundário** aumentou 1.370 milhões de escudos em termos homólogos, fixando-se em 12.755 milhões de escudos. Esta evolução foi impulsionada pelo acréscimo das transferências de cooperação internacional e das remessas de emigrantes, em 1.202 e 317 milhões de escudos, respetivamente.

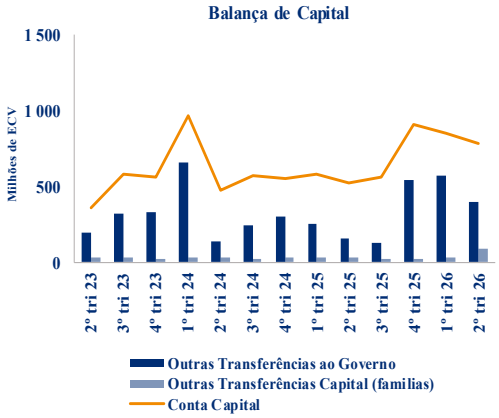
Importa destacar que o crescimento das remessas de emigrantes em divisas foi impulsionado, essencialmente, pelo aumento dos fluxos provenientes de Portugal.

Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000



BALANÇA DE CAPITAL

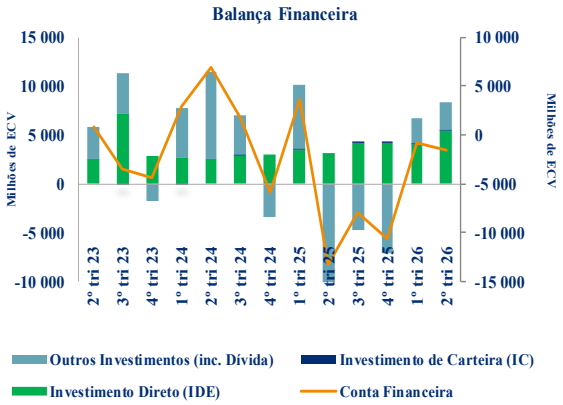
O excedente da balança de capital aumentou cerca de 256 milhões de escudos em termos homólogos, impulsionado pelo reforço dos recursos recebidos pelo Governo (mais 235 milhões de escudos) e pelas famílias (mais 62 milhões de escudos), fixando-se em 784 milhões de escudos no segundo trimestre de 2026.

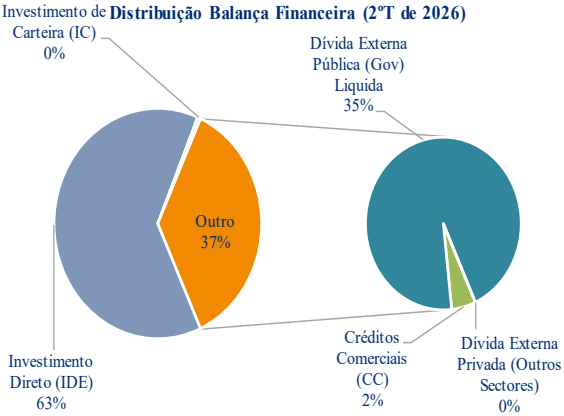


Em termos gerais, as transferências oficiais correntes e de capital aumentaram em 1.389 milhões de escudos, em termos homólogos.

BALANÇA FINANCEIRA

A conta financeira, excluindo os ativos de reserva, registou um défice de 1.516 milhões de escudos no segundo trimestre de 2026, face ao défice de 13.194 milhões de escudos observado no período homólogo. Esta evolução foi impulsionada pela recuperação da rubrica de outros investimentos, que atingiu 3.051 milhões de escudos (face ao défice de 10.510 milhões no período homólogo), incluindo o aumento dos fluxos associados à dívida externa pública, em 2.272 milhões. Em contrapartida, o investimento direto aumentou o seu fluxo líquido negativo para 4.602 milhões de escudos, impulsionado pelo crescimento dos passivos de IDE para 5.344 milhões.





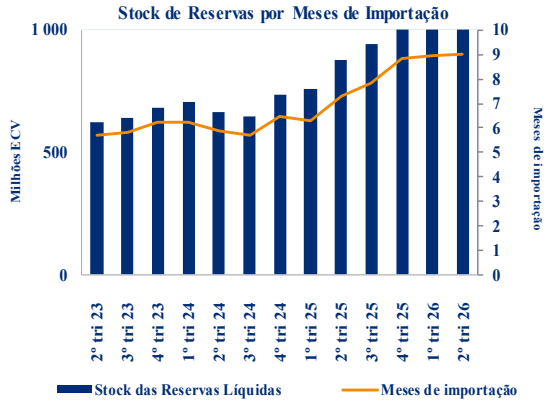
Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

O **investimento direto estrangeiro (IDE)** realizado no país, incluindo lucros reinvestidos, totalizou 5.344 milhões de escudos, o que compara aos 3.193 milhões de escudos do trimestre homólogo. O aumento dos influxos de IDE refletiu o dinamismo das participações no capital, do investimento imobiliário e do investimento de emigrantes, com acréscimos de 1.396, 525 e 227 milhões de escudos, respetivamente.

O investimento realizado no país concentrou-se, sobretudo, nos sectores do turismo e da imobiliária turística, nas ilhas de Sal, Santiago, Boa Vista e São Vicente. O capital investido teve origem, principalmente em Itália e em Portugal.

Ativos de Reserva

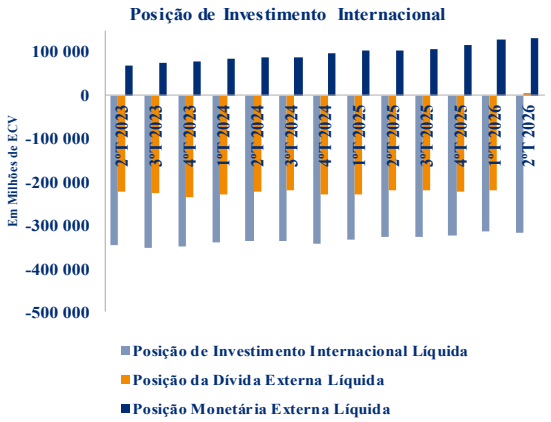
A 30 de junho de 2026, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país fixava-se em 1.175 milhões de euros, permitindo garantir 9 meses das importações de bens e serviços projetados para 2026.



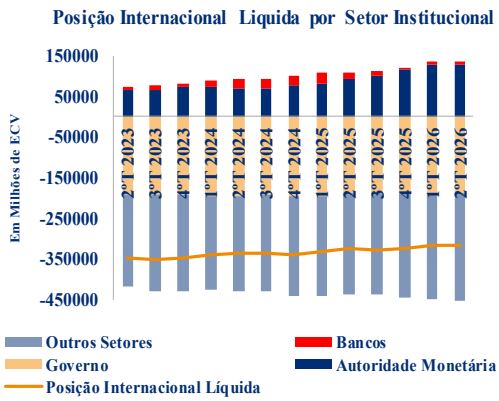
Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL

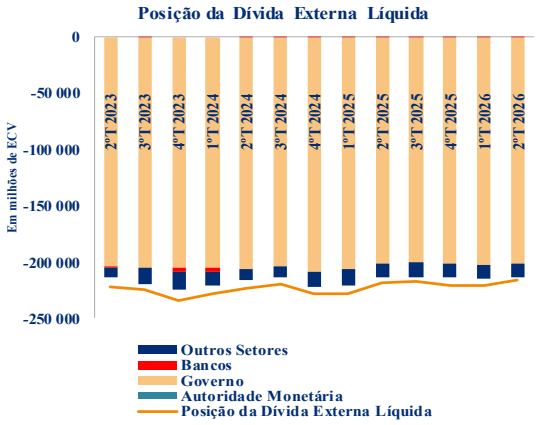
O défice financeiro do país face ao resto do mundo atingiu 316.671 milhões de escudos no segundo trimestre de 2026, comparativamente aos 315.104 milhões de escudos no primeiro trimestre de 2026. Consequentemente, a posição externa devedora de Cabo Verde, passou a representar 99% do PIB projetado para 2026.



Por setor institucional, o aumento do défice externo do país no segundo trimestre de 2026, em 1.567 milhões de escudos, refletiu, sobretudo, a deterioração da posição líquida dos outros setores, em cerca de 4.702 milhões de escudos. Este efeito foi parcialmente compensado pela melhoria das posições líquidas do Governo, da autoridade monetária e dos bancos, em cerca de 1.740, 973 e 423 milhões de escudos, respetivamente.



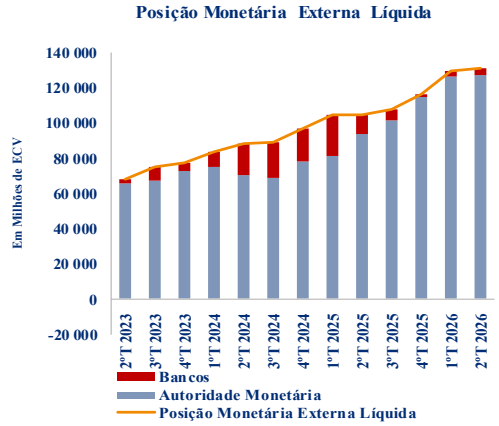
A posição da dívida externa líquida do país, composta por créditos comerciais e empréstimos financeiros, situou-se em 215.967 milhões de escudos no segundo trimestre de 2026, face aos 220.445 milhões de escudos registados no trimestre anterior. Em relação ao PIB no segundo trimestre de 2026, a dívida externa líquida correspondeu a cerca de 68%, comparativamente a 69% do PIB no primeiro trimestre de 2026. A posição da dívida externa líquida do governo central representou 93 por cento do total da dívida externa líquida do país, enquanto a dos bancos e outros sectores, excluindo os créditos comerciais, representou três por cento do total.

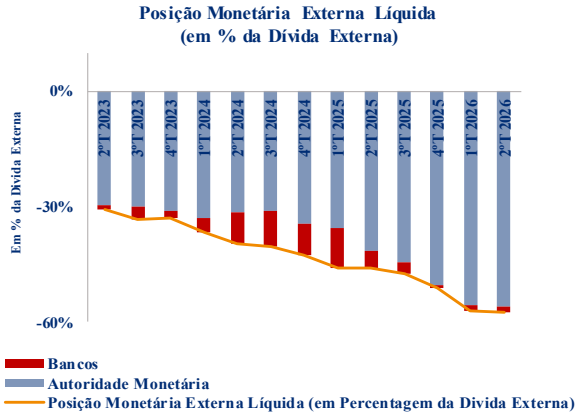


A posição monetária líquida excedentária fixou-se nos 130.945 milhões de escudos no

Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

segundo trimestre de 2026, face aos 129.549 milhões de escudos no trimestre anterior. Em termos de percentagem do *stock* da dívida externa total, o indicador aumentou de 57% para 58%. O aumento de 1.396 milhões de escudos, face ao primeiro trimestre de 2026, deveu-se sobretudo ao acréscimo da posição excedentária da autoridade monetária, em 973 milhões de escudos, refletindo em particular o aumento da posição dos ativos de reserva em 782 milhões de escudos.





Informação adicional disponível em:

Boletim de Estatísticas

Quadros

BANCO DE CABO VERDE |

dee-difusão@bcv.cv

Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Notas Concetuais e Metodológicas

As estatísticas do sector externo, da Balança de Pagamentos (BP) e da Posição de Investimento Internacional (PII), cobrem todas as transações realizadas entre entidades residentes em Cabo Verde (Governo, Autoridade Monetária, Sector Financeiro, Empresas, Organismos não Governamentais e Particulares) e não residentes.

De modo a garantir a comparabilidade das estatísticas, estas são compiladas de acordo com as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI), expressas no Sexto Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional.

A BP é um documento estatístico que agrega todas as informações de transações (fluxos) entre residentes e não residentes da economia nacional, usualmente, entre Cabo Verde e o resto do mundo.

São contabilizados a crédito os valores recebidos por unidades institucionais residentes, referentes a pagamentos efetuados por não residentes, e a débito são registados os valores pagos a unidades institucionais não residentes por parte de entidades residentes.

Uma unidade residente em Cabo Verde pode ser qualquer indivíduo, empresa, ou outra organização, normalmente domiciliado no país e cujo centro de interesse económico esteja em Cabo Verde.

O momento de registo é o instante em que se cria, transforma, troca, transfere ou extingue o valor económico que é objeto da transação. No caso das importações e das exportações, o momento de registo é o momento em que os bens e serviços cruzam as fronteiras.

Todos os valores pagos e recebidos das transações entre residentes e não residentes são registados na balança de pagamentos em escudos cabo-verdianos.

As transações são valorizadas a preços de mercado (valor que o comprador paga ao vendedor, considerando todos os descontos, abatimentos e outros ajustamentos efetuados pelo vendedor).

Como principais categorias da balança de pagamentos têm-se:

1. Bens: regista os valores recebidos e pagos pela exportação e importação de bens;
2. Serviços: agrega os valores liquidados por conta de serviços prestados, a ou por unidades institucionais residentes em Cabo Verde, i.e., importação e exportação de

serviços. Compreende, a aquisição ou venda de serviços: de manufaturação ou transformação de bens; de manutenção e reparação de bens; de transporte; de viagens; de construção; de seguros e pensões; financeiros; relacionados ao uso de propriedade intelectual; de telecomunicação, informática e informação; de pesquisa e desenvolvimento; de consultoria, de gestão de empresas e outros serviços empresariais diversos; relacionados com comércio; pessoais, culturais e recreativos; e serviços governamentais;

3. Rendimento primário: refere-se à compensação das unidades institucionais pela sua contribuição no processo de produção, pelo empréstimo de ativos financeiros e pelo arrendamento de recursos naturais para outras unidades institucionais;
4. Rendimento secundário: corresponde a transferências unilaterais, i.e., sem qualquer contrapartida, privadas, como por exemplo remessas de emigrantes em divisas e bens para uso corrente dos familiares, e públicas, como sejam donativos em dinheiro, em bens (alimentares, medicamentos, máquinas, equipamentos), em assistência técnica e bolsas de estudo, efetuados por outros governos, organizações internacionais não-governamentais e organização supranacionais (donativos oficiais);
5. Investimento Direto Estrangeiro: refere-se à participação (por pessoas singulares ou coletivas) no capital social de uma empresa residente da economia declarante por um investidor externo, que passa a deter pelo menos dez por cento do capital social da empresa residente, bem como o direito de voto nas decisões e estratégias de gestão da empresa;
6. Investimento de Carteira: participação (por pessoas singulares ou coletivas) no capital social de uma empresa residente da economia declarante por um investidor externo que detém menos de dez por cento do capital de uma determinada empresa residente e/ou detém títulos de dívida emitidos por uma entidade residentes;
7. Outros Investimentos: ativos e passivos financeiros externos (outros que não tenham características de investimento direto estrangeiro e de investimento de carteira) detidos por uma empresa (e pelas empresas nas quais tem investimento e exerce controlo), pelo governo, pela autoridade monetária, pelos bancos e indivíduos residentes na economia declarante;
8. Ativos de reserva: instrumentos financeiros que as autoridades monetárias dispõem para financiar ou absorver desequilíbrios de pagamentos entre o país e o resto do mundo. As reservas externas também poderão contribuir para o cumprimento das obrigações legais internas, podem ser utilizadas como garantia em empréstimos contratados com o

exterior, sendo, então, importantes para a preservação da confiança na economia nacional.

A PII apresenta os saldos (stock ou posição) das disponibilidades e responsabilidades financeiras externas de uma economia, no final de um determinado período de tempo. A PII inclui, além das estimativas dos instrumentos negociados valorizados a preço de mercado, as variações da posição de cada instrumento devido a alterações cambiais, alterações de preços e a outras reclassificações.

Em termos estruturais, a PII distingue os ativos e passivos dos quatro tipos de funções de investimento da balança financeira, como sejam: investimento direto; investimento de carteira; ativos de reserva; e outro investimento.

Cobertura de Dados e Práticas de Compilação da BP e PII Cabo-Verdiana

As informações de registos de liquidações cambiais (do sistema de liquidação de transações internacionais-SNTI), complementadas com as estatísticas do comércio externo, com as informações recolhidas através dos inquéritos trimestrais a uma amostra que representa mais de 80 por cento do volume de negócios do país, bem como outros registos administrativos (nomeadamente do Ministério das Finanças, da Bolsa de Valores de Cabo Verde, do *Bank for International Settlements*), compõem as principais fontes de dados para a compilação das estatísticas do sector externo.

Os inquéritos de stock e exploratório (direcionado a empresas em início de atividade), realizados anualmente a uma amostra representativa de todos setores da atividade económica complementam as informações recolhidas para a compilação das estatísticas trimestrais.